

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Edição 170

21 de outubro de 2015

TJ anuncia medidas de contenção para fazer frente à crise econômica no Estado

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins, anunciou neste mês uma série de medidas de contenção de gastos para fazer frente ao quadro econômico que registra queda contínua de arrecadação nos cofres estaduais. Projeções indicam que o Judiciário encerrará o ano sem receber cerca de R\$ 100 milhões previstos em orçamento. Por conta desse quadro, agravado em setembro, as ações adotadas, que implicam a suspensão temporária de despesas por 60 dias, têm por objetivo garantir a manutenção da máquina judiciária e o cumprimento das obrigações relativas aos gastos com pessoal, dentro do cronograma originalmente traçado pela administração do Tribunal de Justiça. O quadro de crise enfrentado no país, com reflexos nas finanças estaduais, já havia forçado o Judiciário a promover o contingenciamento de parcela de seu orçamento em torno de R\$ 40 milhões. Em um primeiro momento, tal disposição implicou o postergamento de ações e investimentos de expansão

de quadros e serviços. Os últimos meses, contudo, demonstraram a necessidade de novas providências, inevitáveis para evitar solução de continuidade nas contas da instituição. Em setembro, quando se projetava incremento de 9% em relação ao repasse do duodécimo havido no mesmo mês de 2014, foi registrada uma queda de 3%. A contabilidade negativa de dois dígitos (-12%) não deixa margens para dúvidas sobre a premência da contenção de despesas. Em resolução publicada no dia 13 de outubro no Diário da Justiça Eletrônico, a qual leva



o número 36/2015, a administração elenca as ações que forçosamente adotará para enfrentar as dificuldades com a vertiginosa queda de arrecadação em Santa Catarina. Entre outras normativas, todas com validade inicial de 60 dias, com possibilidade de prorrogação, o TJ suspende o pagamento de novas gratificações, promoções, auxílios-saúde e creche, indenizações de férias e licenças-prêmio não usufruídas, viagens de representação e convocação de candidatos aprovados em concurso público. As diretrizes apontadas na resolução alcançam magistrados e servidores.



Tribunal de Justiça de SC realiza a segunda etapa do Concurso da Magistratura

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina realizou neste mês a segunda etapa do concurso para ingresso na carreira da magistratura. De 310 candidatos habilitados, 282 compareceram e se submeteram às provas, com índice de abstenção que alcançou 9,03%. Os candidatos, em três dias consecutivos, enfrentaram a prova discursiva e as provas de sentença civil e penal. A etapa ocorreu nas dependências da Faculdade Cesusc, região norte de Florianópolis. As provas foram elaboradas pela Comissão Examinadora constituída para a segunda etapa, presidida pelo desembargador Luiz Fernando Boller

e integrada pelos juízes de direito de 2º grau Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto e Cláudia Lambert de



Faria, juízes de direito Stephan Klaus Radloff, Luiz Neri de Oliveira Souza e Alexandre Karazawa Takaschima, e advogado Marcos Andrey de Sousa. Todos estiveram presentes nos três dias de prova. Coube à Fundação Carlos Chagas, instituição contratada pelo PJSC, os atos de preparação, impressão e aplicação dos testes. Para o desembargador Torres Marques, 1º vice-presidente do TJSC, a avaliação positiva dos candidatos em relação às questões elaboradas e a organização dos trabalhos demonstra o êxito da atual gestão na implementação de medidas para o aperfeiçoamento deste processo seletivo.

Desembargador participa de exposição em seminário sobre probidade administrativa

O desembargador Ricardo José Roesler, coordenador do Núcleo de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e integrante da 4ª Câmara de Direito Público do TJ, participou neste mês do Seminário sobre Probidade Administrativa, realizado pela Escola de Gestão Pública Municipal no auditório do Tribunal de Contas do Estado, em Florianópolis. O magistrado proferiu palestra no painel sobre o tema "Indisponibilidade de bens e o afastamento provisório do agente público: acertos e desacertos", juntamente com o advogado Alexandre Evangelista Neto. Em sua exposição, o desembargador comentou alguns conceitos básicos que envolvem a Lei n. 8.429/92, mais conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, e ressaltou a probidade administrativa como princípio fundamental da administração pública. "A moralidade tem imensa relevância na administração pública. A improbidade administrativa é uma

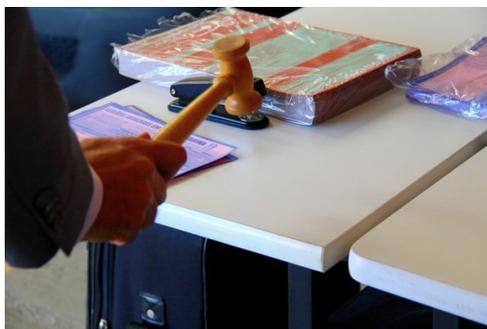
imoralidade qualificada; não é um ato ilícito penal nem falta disciplinar, tampouco um ilícito civil", explicitou o desembargador Roesler. Ele também destacou artigos específicos da lei, o advento do novo Código de Processo Civil, que terá validade a partir de março de 2016, seu impacto nos trâmites processuais relacionados ao tema, assim como o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, formalizado na jurisprudência, a respeito dos casos que envolvem improbidade administrativa. Também participaram do evento, como palestrantes, os juízes de direito Hélio do Valle Pereira e Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, ambos lotados na comarca da Capital. O seminário foi uma promoção conjunta da Federação Catarinense do Comércio, da Faculdade Cesusc e do Instituto Catarinense de Direito Público, e contou com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Cata-

rina, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), Assembleia Legislativa de Santa Catarina e Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina.



Tribunal de Justiça prepara novo leilão de veículos para o próximo mês de novembro

O Tribunal de Justiça promoverá em novembro novo leilão de veículos. Serão 20 automóveis e dois caminhões, fabricados entre 2005 e 2009, com valores abaixo da tabela Fipe em até 50%. Se todos forem arrematados, mesmo que pelo lance mínimo, a expectativa é que a arrecadação supere os R\$ 300 mil. A hasta pública está marcada para acontecer no dia 5 de novembro, a partir das 14 horas, na sede do Almoarifado Central, no quilômetro 208 da BR-101, em São José.



Antes disso, nos dias 3 e 4 de novembro, todos os veículos estarão expostos para visita pública por parte dos interessados, das 13h às 18h30min, na rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 501, em Forquilha. Essas pessoas também poderão verificar e retirar o edital via internet (<http://www.tjsc.jus.br>) ou manter contato com a Seção de Gerenciamento de Licitações do TJ, localizada no Centro Executivo ACCR, rua Presidente Coutinho, 232, centro de Florianópolis, das 12 às 19 horas.

Cepevid estuda uso da tecnologia no combate à violência doméstica contra a mulher



A desembargadora Salete Silva Sommari-va, titular da Coordenadoria de Execução Penal e Combate à Violência Doméstica contra a Mulher (Cepevid), comandou neste mês reunião que teve por objetivo discutir a utilização da tecnologia como ferramenta auxiliar no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Neste sentido, ela conheceu o aplicativo PLP 2.0 (Promotoras Legais Populares), já implementado em projetos pilotos nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, o qual, instalado em *smartphone* com sistema Android, cria uma rede particular de proteção integra-

da por pessoas e/ou entidades públicas ou privadas, com até cinco telefones cadastrados. Para pedir socorro, basta agitar o aparelho telefônico, que acionará a rede de proteção com o repasse de dados de georreferenciamento e localização da usuária. O projeto do aplicativo foi vencedor do Desafio Impacto Social Google 2013, que selecionou quatro instituições no Brasil para criar tecnologias sociais. A proposta, iniciativa das ONGs Themis e Geledés, venceu o prêmio do júri popular. O programador Daniel Dora, desenvolvedor do aplicativo, expôs a tecnologia durante o encontro no TJ.